

Governo Temer lança nova ofensiva para desmontar Previdência

O Sintrajusc fará Assembleia no dia 17 de outubro, terça-feira, às 16 horas, no prédio das Varas do Trabalho (Av. Beira-mar Norte), em Florianópolis, para debater com os servidores a mobilização contra o avanço do projeto de demissão de servidores por insuficiência de desempenho e a reforma da Previdência, que tem votação prevista para novembro.

Para 27 de outubro, categorias em todo o país estão indicando Dia Nacional de Paralisação/Mobilização em Defesa do Serviço Público.

Votação em novembro

Em meio à tramitação da segunda denúncia contra Michel Temer, lideranças governistas no Congresso lançaram uma nova ofensiva para apresentar à base aliada uma proposta mais enxuta da reforma da Previdência. A estratégia é colocar o texto em votação no plenário da Câmara em novembro, após a análise da denúncia.

O grupo está preparando um texto alternativo (ou emenda aglutinativa) ao parecer do deputado Arthur de Oliveira Maia (PPS-BA) que foi aprovado em maio em uma comissão especial da Casa. Vice-líder do governo na Câmara, o deputado Beto Mansur (PRB-SP) disse que a emenda deve se concentrar em três mudanças: idade mínima de aposentadoria, tempo mínimo de contribuição e uma regra de transição para quem já contribui hoje com a Previdência.

Segundo Mansur, a ideia é manter a proposta de idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, como já previsto no parecer do relator aprovado na comissão. Mas "ajustes" devem ser feitos no tempo mínimo de contribuição - de 25 anos, pelo texto da comissão - e na regra de transição.

Fundos deficitários

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, já havia afirmado que a aprovação da reforma no Congresso Nacional seria em novembro. Não por acaso, a afirmação foi feita logo depois de Meirelles participar, dia 5, de evento na Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

A mesma Abrapp divulgou que o déficit acumulado dos fundos fechados de previdência complementar subiu para R\$ 77,6 bilhões em junho, ante R\$ 71,7 bilhões no fim de 2016. O déficit é a diferença entre o patrimônio de um plano e seus compromissos com pagamentos atuais e futuros. Por aí se vê um dos motivos para a pressa de abocanhar parte dos recursos da Previdência Pública.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), tem dito que o Brasil terá que adotar medidas duras de austeridade - como cortar salários de servidores públicos e aposentadorias, além de elevar impostos - caso a reforma da Previdência não seja aprovada pelo Congresso Nacional. A chantagem cresce junto à população.

A reforma só será barrada com uma forte mobilização dos trabalhadores em todo o país. O governo mostrou, em 2016, que não poupa esforços - e dinheiro - para aprovar suas pautas de retirada de direitos e redução do Estado. A PEC 241, que congela gastos públicos por 20 anos, foi aprovada na Câmara na madrugada de 26 de outubro; a aprovação no Senado, como PEC 55, aconteceu menos de dois meses depois, no dia 13 de dezembro. Portanto, precisamos seguir atentos e mobilizados, e contamos com todos na Assembleia da próxima terça. *Com informações de G1 e Estadão*

Levantamento mostra fraco desempenho de senadora que propõe demissão por insuficiência de desempenho

Está em tramitação no Senado o PLS 116/2017, que condiciona a estabilidade dos servidores públicos em todos os âmbitos a avaliações de desempenho. O curioso da absurda proposta é que sua autora é uma senadora que provavelmente não passaria em uma avaliação semelhante.

Em seu atual mandato, que começou em 2015, Maria do Carmo Alves (DEM-SE) não votou em 75,28% das decisões tomadas pelo Senado, como mostra levantamento realizado pelo Sintrajufe/RS nas planilhas da Casa. Em 2015, primeiro ano do novo mandato, esse índice foi ainda maior: naquele ano, Maria do Carmo não participou de 86% das votações. Esses números incluem casos em que a senadora não esteve presente por diversas razões ou registrou presença mas não votou.

Essas práticas não são novidade para a autora do PLS 116/2016: em 2013, ela não votou em 80% das sessões do Senado, segundo levantamento do site Congresso em Foco. De acordo com o site, Maria do Carmo “em quase 16 anos de Senado, juntando os

dois mandatos, apresentou 64 proposições, número tímido em termos de produção legislativa. Para efeito de comparação, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) é autor de 135 proposições, por exemplo, enquanto Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) assina 318 projetos. Detalhe: ambos tomaram posse em fevereiro de 2011, ou seja, têm um quarto do tempo de atuação de Maria do Carmo na Casa”.

Pressão dos servidores

Aprovado nesta semana na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, o texto – relatado e piorado por Lasier Martins (PSD-RS) – ainda passará por mais três comissões no Senado: Comissão de Assuntos Sociais, pela Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Transparência e Governança.

A tramitação por essas comissões não estava prevista inicialmente, mas é resultado de requerimentos de senadores que foram aprovados após a pressão de servidores.

Prazo de inscrição de chapas para eleição do Sintrajusc termina no sábado

O prazo de inscrição de chapas para a eleição da nova diretoria do SINTRAJUSC (triênio 2018/2020) encerra-se sábado (14). A eleição será no dia 27 de novembro, das 9 às 17 horas, e a divulgação do resultado no dia 7 de dezembro.

Nas próximas semanas, o Sindicato dará todas as informações necessárias aos filiados e filiadas sobre os procedimentos para participar do processo eleitoral.

Acompanhe as informações no banner “Eleição 2017”, na coluna da direita do site do Sintrajusc.

EDITAL DE ASSEMBLEIA GERAL DO SINTRAJUSC

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 17 de outubro de 2017, terça-feira, às 16 horas, no prédio das Varas do Trabalho (Av. Beira-mar Norte), em Florianópolis, SC, com os seguintes pontos de pauta:

- 1-Mobilização contra o avanço do projeto de demissão de servidores por insuficiência de desempenho;
- 2-Mobilização contra a reforma da Previdência (votação prevista para novembro);
- 3-Deliberação sobre o Dia Nacional de Paralisação/Mobilização em Defesa do Serviço Público, em 27 de outubro;
- 4-Liberação do Fundo de Mobilização e Luta.

Florianópolis, 10 de outubro de 2017
Diretoria Executiva do Sintrajusc

